

XAVIER MARQUES E A REPRESENTAÇÃO DO AFRICANO EM O FEITICEIRO (1922)

Rafael Rosa da Rocha¹

RESUMO: A presente comunicação integra um esforço no sentido de apresentar alguns resultados do projeto intitulado O Feiticeiro: representação das culturas afro-brasileiras em Xavier Marques, orientado pelo Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB). De tal modo, intenciona discutir algumas das representações forjadas no romance O Feiticeiro (1914/1922), escrito por Xavier Marques (1861-1942), jornalista, político e literato nascido na ilha de Itaparica. Busca-se uma análise do africano – o feiticeiro –, enquanto degenerador social funcionando como um entrave para o progresso. Neste sentido, utilizamos fontes jornalísticas e algumas poesias escritas pelo literato para compreender sua narrativa enquanto fruto de um período de intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturas as quais envolveram a Bahia entre o Império e a República. Nestes termos, consideramos que havia em Marques, mais especificamente em O Feiticeiro, a negação do passado colono-imperial da província como prerrogativa para inserção nos moldes civilizacionais europeus.

Palavras-chave: Africano, Progresso, Representação.

Todos tinham saído para um passeio no domingo nos arrabaldes de Salvador. Três senhoras e dois cavalheiros formavam o grupo. Das três, a mais moça era casada, se chamava D. Branca. Andava muito chegada aos mimos do marido, um dos cavalheiros – Paulo Boto. O outro cavalheiro era Salustiano, vulnerável pela paixão por Pomba, paixão que não era nova nem se escondia, mas que ele não gostava se lhe falassem em presença de muitas pessoas. Mulato, descendente da costa que nem Pomba, Salustiano servia nessa situação como criado. Eulália, com seus vinte e dois anos e irmã de D. Branca, era a terceira moça que compunha o grupo.

Os passeadores, gozando a fresca manhã de um céu leitoso, não se apressavam pela estrada. Já reviam os pomares do Sangradouro, longe das vistas da cidade. Faziam paradas. Cheiravam tanto os laranjais à orla do caminho. De longe em longe uma casinha de barro e palha, um roceiro que descia a planície; uma mulher descalça e maltrapilha que vinha da fonte com o pote de água à cabeça; crianças ranhosas, de pele terrenta, com os pés no chão e roupinhas barrentas. Outras mais espertas já com agilidade de micos. Mais adiante um velho africano, “pachorrento”, sentado à beira da palhoça, tecia palha da Costa, enquanto o companheiro fazia balaios e samburás e uma preta mamalhuda, no terreiro do copé vizinho punha as cangalhas ao burro para ir em caminho do brejo.

Voltando do mato, onde se embrenhara a catar frutas, o escriturário Salustiano,

anunciou em presença das senhoras que havia ao pé da gameleira, entre as raízes, muito azeite de dendê, um prato cheio de bobó de inhame, uma galinha morta numa poça de sangue...

Branca e a irmã franziram o nariz, com repugnância.²

O texto acima narrado poderia realmente ter acontecido. Porém, trata-se de uma paráfrase de um dos romances de Francisco Xavier Ferreira Marques (1861-1941). Em *O Feiticeiro* (1914/1922) a preocupação do narrador foi dar sentido mágico às descrições dos rituais de candomblé a partir de um episódio em um domingo nos arrabaldes baianos, bem como tecer uma constatação acerca de como conduzir a jovem República Brasil.

O romance conta a história de uma “moça de família” – *Eulália*, cunhada do Ogã *Paulo Boto* – que angustia-se por ter recorrido aos rituais do candomblé para resolver seus problemas de ordem sentimentais. Há no texto dois universos culturais distintos, intermediado pelo Ogã *Paulo Boto*, em uma sociedade na qual tanto uma frágil moça envolta em conflitos morais, quanto um “assombroso” africano com seu “riso canino” eram personagens possíveis.³

Uma rápida olhada na produção de Xavier Marques nos leva a crer que seus discursos tinham como basilares os temas praieiros e a interação da sociedade emergente com os africanos em extinção, colocando em perspectiva um discurso que, a princípio, buscava inserir a Bahia, a partir da ênfase nos aspectos especificamente regionais, nas discussões do cenário nacional e, num segundo momento, enfatizar as mazelas que arraigavam a província no passado “atrasado” do Império e da Colônia.

É interessante observar que Xavier Marques testemunhou as transformações que aconteceram no seu contexto. Justamente a partir desse testemunho que nosso autor materializou seus escritos. A vivência num período de intensas transformações sociais, culturais, e, sobretudo, políticas e econômica é significativa para entender a produção de Marques, mais especificamente o romance *O Feiticeiro*, enquanto uma inquietação dos rumos que a Bahia estava tomando.

As transformações econômicas que se efetivavam no Império, em busca do progresso, traziam consigo o anúncio embrionário das mudanças políticas que estavam por vir. A cidade de Salvador “respondia às modificações que ocorriam no mundo e no Brasil.” Assim, os elementos constitutivos de sua inserção no processo de modernização se fizeram notar a exemplo da “iluminação a gás foi inaugurada (1862); o telégrafo foi instalado (1871); o Elevador Lacerda, ligando a Cidade Baixa à Cidade Alta, foi inaugurado [em 1873]”⁴.

Foi nesse contexto, que nasceu Francisco Xavier Ferreira Marques, na Ilha de Itaparica, Bahia, em 3 de dezembro de 1861. Quando completou a maioridade, em 1882, mudou para Salvador, onde lecionou em escolas primárias. Logo após a publicação do seu primeiro livro *Temas e Variações* (1885), ingressou no *Jornal de Notícias*, dando início a sua carreira como jornalista. Desde então, desenvolveu trabalhos em vários jornais, a exemplo do *Diário da Bahia*, ocupando o cargo de redator político em 1891.⁵

É possível considerar que a inserção de Marques naquele contexto o possibilitou se apropriar de alguns significados históricos e materializá-los em sua escrita, no geral, e mais especificamente em *O Feiticeiro*. É provável que tenha ocorrido uma mudança nas concepções de Marques, ponderadas a partir dos dois momentos da publicação de *Boto & Cia* (1897) e *O Feiticeiro* (1922). Em outras palavras, *Boto & Cia* (1897) se apresentou enquanto uma constatação da situação da Bahia e os rumos que a província seguiria a partir da abolição da escravatura e da proclamação da República. Quando da segunda publicação, *O Feiticeiro* pode ser considerado enquanto uma crítica aos rumos que a República tinha tomado.⁶

O Feiticeiro foi escrito em 1890 quando, segundo Wlamyra Albuquerque, “os jornais locais davam ampla cobertura à ação policial contra os candomblés, e ambientado em 1878, período em que a conquista da alforria era um expediente cada vez mais comum. A primeira versão do romance foi publicada justamente em 1897”⁷. Igualmente, Sampaio argumenta que Marques escreveu com os olhos de quem tinha visto o fim da escravidão e os primeiros anos da República. *O Feiticeiro* tem como cenário a cidade de Salvador, onde estão presentes as moças brancas de família, destacando-se também os burgueses em ascensão e personagens os quais dependiam da proteção dos ricos, ou seja, mulatos que buscavam um lugar na sociedade hierárquica e racista do final dos oitocentos.⁸

Os olhos que viram a o fim da escravidão e os primeiros anos da República registraram em alguns dos seus textos poéticos suas inquietações acerca daqueles acontecimentos. Em 1896, o autor publicou a poesia “Hosana a abolição”, escrita no dia 13 de maio de 1888.

Ei-lo a surgir, enfim, da pátria no horizonte
O sol da redenção, astro da liberdade,
Na lóbrega senzala acalentando a fronte
Ao mártir secular da horrenda Iniquidade.
[...]
Somos a caravana em busca do progresso,
Vamos pra Canã da pátria emancipada...
Une-te a nós, liberto, aqui já tens ingresso;

Vem fazê-la conosco, és livre, nessa jornada...⁹

A poesia é significativa, pois evidencia a tônica contextual e, para além disso, materializa as ideias de Xavier Marques acerca do porvir e do que se esperava do Império a partir daquele momento. Mais do que libertar a escravaria, era libertá-los numa perspectiva inclusiva: “Une-te a nós, liberto, aqui já tens ingresso”. A “Canaã da pátria emancipada” clamada nos versos seria a República a qual precisaria dos ex-escravos para sua construção.

Outra poesia de Marques reitera que a liberdade seria fruto da relação entre o movimento abolicionista e a proclamação da República.

Marulha, ó revolução! Cresce, transborda, e inunda
O solo onde acampou da monarquia o espectro!
Banha-o com teu furor que destrói mas fecunda...
E mostre o sol, depois, nas mãos do povo o sceptro (sic).
E aquecida na luz do astro republicano
Pátria, mãe redimida! Às aras da igualdade
E da democracia, ao coro americano
Culto de amor trazei, cantos de liberdade¹⁰

A ênfase na relação entre República e liberdade é patente em Marques. Segundo Froes, em conferência sobre Xavier Marques na Academia Brasileira de Letras, nas poesias supracitadas o autor defendia e exaltava o abolicionismo e o republicanismo tendo ambos como complementares.¹¹ É significativo pensar, portanto, que os escritos do nosso literato são enfáticos de quem tenta apontar novos rumos para a pátria; novos rumos que se projetavam, em alguma medida, na negação do passado monárquico imperial e escravista.

Essa postura crítica se materializa em *O Feiticeiro* quando da negação das práticas e costumes africanos na medida em que estas se apresentam enquanto fatores de degeneração social, representando um entrave ao progresso.

É relevante pontuar que essa negação se deu, pois distintas posições coadunam-se na trama, constituindo, um instigante diálogo verossímil com a história. Este diálogo se apresenta a partir da relação entre um comerciante de classe média, *Paulo Boto*, a sua família e o seu amigo *Salustiano*, escriturário mestiço. Ademais do intercâmbio exercido pelo comerciante junto ao feiticeiro, *pai Elesbão*. Há, na narrativa, a intenção de *Boto* de não denunciar sua posição: Ogã, no terreiro de *pai Elesbão*, enquanto protetor do terreiro, o que proporcionou a ele obter os conhecimentos ali expostos. Nessa perspectiva, devem-se frisar as contribuições historiográficas de João Reis. Segundo o autor,

não só as autoridades policiais, judiciais e até políticas divergiam entre si sobre como tratar o candomblé, seus adeptos e clientes. Entre a população, tinha quem denunciasse os curandeiros e adivinhos africanos, enquanto outros os freqüentavam, protegiam ou pelo menos os toleravam, até por medo da reputação que tinham, de possuir poderes extraordinários.¹²

Igualmente, Sampaio infere que havia vários indicadores de que integrantes da corte imperial mantivessem relações com o pai-de-santo Juca Rosa. Nessa perspectiva, a autora argumenta que “o envolvimento de figurões como duque Estrada com Juca Rosa ocorre, como tantas outras ligações entre poderosos e dependentes, mediada pela lógica e os sentidos do paternalismo, entendido aqui como a ideologia de dominação que regula a sociedade”.¹³

Com efeito, percebe-se que o universo da literatura assume um importante papel de criação e difusão de representações, pois é no desenrolar desta história que o papel do feitiçeiro ganha importância, ainda que assuma a forma de credence popular, como degeneradora das práticas e costumes civilizados. No diálogo que se segue, percebemos a importância do feitiço, ou do medo que ele gerava, na sociedade do período.

- Também crê no feitiço?
- Sim e não. Uma “cousa feita” nunca é de todo inócua.
- Mas o que é o feitiço?
- É uma coisa que se faz antes para o mal do que para o bem do enfeitado...
- Com beberagens, comidas, venenos...
- Esta é a ideia comum que se faz da “cousa feita”. É toda material. Mas isso é a maldade, a perversidade, o crime de todos os dias. Os efeitos mais poderosos do feitiço são sutis e vão diretamente à alma. Olhe, Lali, se a pessoa a quem eu estimo ou sou indiferente me arma um feitiço, desde o momento em que desconfio, a minha perturbação não se define, a minha repugnância por essa pessoa excede a tudo quanto é sentimento de antipatia e de aversão. Adoeço sem que fisicamente sofra. O ódio e o terror combatem dentro de mim. Se o ódio envenena, o terror mata. Em certas almas o feitiço é o pai do pavor... [...] É este o poder dos feitiçeiros, de quem muitos riem, mas todos se temem. É por isso que eu digo: nós somos governados pelo feitiçeiro.¹⁴

Não obstante esta narrativa despontar para o que parece ser uma leitura que valoriza o elemento mágico do feitiço, o desenvolver da trama mostra o contrário, pois o elemento religioso é caracterizado, durante a maior parte da narrativa, como uma credence popular. Segundo matéria do jornal *O Democrata*, escrita por João Ribeiro, resenhando a segunda edição de *O Feitiçeiro*,

a Bahia sem o feitiço seria o mesmo que a Bahia sem o catolicismo, um ente imperfeito e incompleto. Um dos encantos daquela terra é a dupla personalidade euro-africana toda feita de meiguice, devoção, força e mysticismo. [...] Como quer que seja, as pessoas do nosso drama, ainda que quase todas, da nobre raça branca, pagam esse tributo da superstição lacrada de seu meio. Quando sobrevêm accidentes, desgostos, ausências inexplicáveis, amores fugitivos ou desdenhosos, não há remédio senão recorrer ao feitiço, às casas da fortuna, aos infectos e lôbregos tempos africanos e aos seus grosseiros manipansos para achar um lenitivo e esperança ou para dar volta ao infortúnio.¹⁵

Neste sentido, o autor considerou a mistura das práticas culturais importante para a formação de uma baianidade, compactuando com a visão de Xavier Marques, na qual a mestiçagem era um traço importante da formação social, não obstante encarar que a “nobre raça branca, paga esse tributo da superstição lacrada de seu meio”. A questão racial se tornou um problema de saúde pública envolvendo desde epidemias aos atos criminosos. De acordo com Leal, o cruzamento racial explicava a criminalidade, loucura, degeneração, cuja teoria tinha inspiração no pensamento de Lombroso da Escola Antropológica Italiana de Criminologia, cujo principal discípulo brasileiro foi Nina Rodrigues.¹⁶

Nestes termos, a ciência passou a fortalecer o racismo científico. A crença de que o branco era superior ao negro se tornou significativa para o entendimento a respeito da definição do povo brasileiro e da nação em formação. Na Bahia, havia o temor de uma semelhança com a África. Neste sentido, a teoria de branqueamento foi adotada, tendo como referencial a ideia de que a raça superior prevaleceria no processo de mistura racial.

Na Bahia, diferente das prerrogativas racialistas em sua vertente pessimista, inerentes ao Conde de Gobineau, a mistura racial se apresentou com um viés positivo no qual a mestiçagem, em detrimento do africano, se apresentou como o elemento condutor da nação.

A originalidade do pensamento racial brasileiro articula-se à construção da teoria do “branqueamento” foi defendida de forma otimista uma vez que “não produzia inevitavelmente 'degenerado', mas uma população mestiça saída capa de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente”.¹⁷

O elemento da mestiçagem foi significativo para este período, uma vez que se apresentou como uma saída para a degeneração social herdada da escravidão. Essa herança deveria ser combatida, portanto, embranquecendo a sociedade e negando, por conseguinte, as práticas e os costumes advindos da Costa africana. É esta justamente a visão de Marques, acerca do africano, elaborada em sua narrativa ficcional. Neste sentido uma crítica latente às

relações entre pessoas da classe média e os africanos que ainda resistiam na província Bahia.

É importante ressaltar que no período em questão, leia-se a década de 1920, o culturalismo começava a se firmar enquanto discurso, materializando a importância do negro na formação da Bahia e do Brasil. Entretanto, o que se observa, diante do exposto, é a ausência prática do culturalismo na sociedade do período. Destarte, os argumentos de João Ribeiro, autor da resenha, deixam claro, também, que o elemento religioso era encarado como uma superstição. Portanto, havia uma ambivalência no tratamento da cultura afro-brasileira, tanto em João Ribeiro resenhando Marques, quanto no próprio Marques, que se materializou em um discurso dual, tanto de valorização (aparente), quanto de depreciação.

Em suma, a literatura, ou mais especificamente o olhar do literato, pode ter muito a nos revelar enquanto pesquisadores em formação envolvidos pelos campos da História Cultural. Logicamente, a relação entre a História e a Literatura está em processo. Destarte, Pesavento menciona uma das novas ferramentas conceituais para a História: o conceito de *representação*, definido pela autora como “[...] estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dar a ver uma ausência”¹⁸. É, portanto, fonte para o pesquisador, que deve olhar para ela como construída historicamente, como um campo de disputa da sociedade.

1 Rafael Rosa da Rocha, graduando da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Email: rafael@fillnet.com.br

2 MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

³ Idem., *Ibidem*.

⁴ LEAL, Maria Graça de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851 – 1923*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 157;158.

⁵ SALLES, Jesus David. *O Ficcionista Xavier Marques: um estudo da transição ornamental*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

⁶ Neste ponto é preciso enfatizar as nuances das duas temporalidades históricas de Boto & Cia (1897) e O Feiticeiro (1922). Nos debruçamos aqui sobre a versão de 1922 e consideramos que a versão de 1897 se insere em um contexto diverso do da publicação da década de 1920. Seria interessante, para aprofundar esse debate comparativo, lançar mão de Boto & Cia (1897) como balizador dos contextos. Entretanto, é preciso ressaltar que não tive acesso a primeira edição de O Feiticeiro.

⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. Cia das Letras, 2009. p. 236.

⁸ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009, p. 266.

⁹ MARQUES, Xavier. “Hosana a abolição: em 13 de maio de 1888”. In: *Insulares (1885-1895) Tip. e Enc. do Diário da Bahia*, Salvador: 1896. pp. 28-29.

¹⁰ _____. “Em 15 de novembro de 1889”. In: *Insulares (1885-1895) Tip. e Enc. do Diário da Bahia*, Salvador: 1896. pp. 28-29. p. 30.

¹¹ FROES, Heitor P. Conferência sobre Xavier Marques na Academia Brasileira de Letras. In: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 16, ano XIII, vol. VIII, Salvador, 1942. pp. 175-177.

12 REIS, João José. *Domingos Sodré: um sacerdote africano – escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. Cia das Letras, 2008. p. 26.

13 SAMPAIO, op. cit., 2009, p. 141.

14 MARQUES, op. cit., 1975, p. 72-73.

15 RIBEIRO, João. O Feiticeiro, de Xavier Marques. *O Democrata*. 20 de jan. 1922, p. 1.

16 LEAL, op. cit., p. 2009, p. 186.

17 SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930) 1976 apud LEAL, op. cit., 2009, p. 189.

18 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 16.